



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
Rua Princesa Isabel, 410 – Boa Vista – Recife – Pernambuco

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER CLJ N° 177/2023 AO PDL N° 21/2023

Da COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) n° 21/2023, que “revoga o Decreto Legislativo n° 1.013, de 15 de fevereiro de 2022, que Concede o Título de Cidadão do Recife ao Sr. Alexandre Vitor Passos Assumpção”; pela APROVAÇÃO.

RELATOR: Vereador ZÉ NETO

I – RELATÓRIO

A Comissão de Legislação e Justiça recebeu, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Decreto Legislativo n° 21/2023, de autoria da Vereadora Ana Lúcia, nos termos do Art. 113 do Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife.

O Projeto de Decreto Legislativo dispõe sobre a revogação do Decreto Legislativo n° 1.013, de 15 de fevereiro de 2022, que Concede o Título de Cidadão do Recife ao Sr. Alexandre Vitor Passos Assumpção.

Quando em pauta, nos termos regimentais, a propositura não recebeu emendas. Vem, agora, à Comissão de Legislação e Justiça para ser apreciado em seus aspectos constitucionais, legais e jurídicos (art. 287, I, “a” do RICMR).

II – VOTO





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
Rua Princesa Isabel, 410 – Boa Vista – Recife – Pernambuco

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

O projeto tem por objetivo a revogação do Decreto Legislativo nº 1.013, de 15 de fevereiro de 2022, que Concede o Título de Cidadã do Recife ao Sr. Alexandre Vitor Passos Assumpção.

Em cumprimento ao Regimento Interno desta Câmara Municipal, fundamenta-se a presente revogação no fato de que a outorga não foi realizada até o momento, o que se daria com a devida entrega da honraria.

Cabe ressaltar que a presente revogação não diminui o reconhecimento e a importância dos méritos do Sr. Alexandre Vitor Passos Assumpção. Trata-se, unicamente, de uma medida de correção e adequação aos procedimentos estabelecidos, visando assegurar a legitimidade das honrarias conferidas pela Câmara Municipal do Recife.

A iniciativa da vereadora encontra respaldo no art. 26, caput, da Lei Orgânica do Município¹ e no art. 247, do Regimento Interno² desta Câmara Municipal.

Por todo o exposto, o PDL nº 21/2023 se mostra dentro dos limites constitucionais de atuação do Município, razão pela qual opino pela APROVAÇÃO.

Recife, 17 de agosto de 2023.

ZÉ NETO
Presidente / Relator

¹ Art. 26 da LOMR - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe ao Prefeito, a qualquer membro ou comissão da Câmara Municipal e aos cidadãos, mediante iniciativa popular, observado o disposto nesta Lei Orgânica.

² Art. 247 do RICMR - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe ao Prefeito, a qualquer membro ou comissão da Câmara e aos cidadãos, mediante iniciativa popular, observado o disposto na Lei Orgânica do Município do Recife.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
Rua Princesa Isabel, 410 – Boa Vista – Recife – Pernambuco

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

III – CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Do exposto, opina a Comissão de Legislação e Justiça pela APROVAÇÃO do PDL n.º 21/2023, de autoria da Vereadora Ana Lúcia.

Sala das Comissões da Câmara Municipal do Recife, 18 de agosto de 2023.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

ZÉ NETO
Presidente/ Relator

MICHELE COLLINS
Membro Efetivo

RINALDO JÚNIOR
Membro Efetivo

SAMUEL SALAZAR
Membro Efetivo

LIANA CIRNE
Membro Suplente

ADERALDO PINTO
Membro Suplente

FRED FERREIRA
Membro Suplente

